



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007025-08.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Tutela Antecipada Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica**
 Requerente: **Engemasa Engenharia e Materiais Ltda.**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação anulatória de protesto, com pedido de tutela de urgência, ajuizada por **ENGEMASA ENGENHARIA E MATERIAIS LTDA** contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, objetivando o cancelamento dos protestos indicados na inicial. Aduz, em síntese, que atravessa por período de dificuldades financeiras e que foi obrigada a atrasar o pagamento de alguns tributos, dentre os quais o ICMS. Relata que ao receber os avisos de protestos relativos a débitos de ICMS compareceu à Procuradoria do Estado com o intuito de parcelá-los e desse modo evitar fossem efetivados referidos protestos, tendo sido informada de que somente seria possível o parcelamento após a lavratura dos protestos, pois o sistema não possui um comando que permita solicitar a baixa dos títulos antes da lavratura dos respectivos protestos. Argumenta que a própria Procuradoria do Estado sugeriu o ingresso de medida judicial, visando sustar os protestos e que existe dúvida quanto à legalidade de protestos de Certidões de Dívida Ativa. Requereu a antecipação parcial da tutela jurisdicional para que se determinasse a sustação dos protestos ou a suspensão de sua publicidade a terceiros, caso já tenham ocorrido.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 8/35.

A antecipação da tutela foi indeferida.

Houve o aditamento à inicial, para requerer, alternativamente, tutela que possibilite o exercício do direito ao parcelamento dos débitos apontados à protesto.

O pedido de emenda à inicial foi recebido, tendo sido deferida a tutela de urgência, a fim de viabilizar o parcelamento, nos termos da legislação de regência, afastando-se, somente, o óbice da ausência de ajuizamento dos débitos para esse fim.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A FESP apresentou contestação, alegando que, entre o envio do arquivo ao tabelionato e o efetivo protesto, não é possível fazer qualquer recolhimento relacionado ao débito, justamente porque o valor está consolidado para protesto do título e que, com a efetivação do protesto, abre-se ao contribuinte a possibilidade de pagamento integral ou parcial do débito e, com o ajuizamento da certidão, abre-se opção de parcelamento da dívida, procedimento este adotado para todo o Estado de São Paulo.

Argumenta que, no caso dos autos, desde a inscrição, até o ajuizamento do débito, passaram-se apenas 32 dias, tendo o trâmite administrativo transcorrido normalmente, sem necessidade de dar início ao cumprimento da ordem exarada por este processo, sendo que o parcelamento está permitido há dias e a autora não o celebrou.

Alega que a ação deve ser extinta por carência de ação, no que diz respeito à possibilidade de parcelamento e defendeu a legalidade do protesto.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Como já salientado quando do indeferimento da tutela, observa-se na petição inicial que nada se alega contra a exigibilidade da Certidões de Dívida Ativa. Sustenta a autora que deixou de saldar o débito inscrito nas CDA's levadas a protesto em decorrência de dificuldades financeiras, questionando a legalidade do protesto e pleiteando a possibilidade de parcelamento do débito.

A sua dificuldade financeira, contudo, por si só, não é argumento suficiente para a sustação dos protestos, pois é situação que escapa à esfera jurídica.

Por outro lado, o protesto conta com autorização legal expressa do artigo 1º, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/1997, acrescentado pela Lei Federal 12.767, de 27 de dezembro de 2012, sendo admitido pelo posicionamento mais recente do Superior Tribunal de Justiça (*Processo REsp 1126515 / PR; Recurso especial 2009/0042064-8; Relator(a) Ministro Herman Benjamin (1132); T2 – Segunda Turma; Data do Julgamento: 03/12/2013; DJe 16/12/2013*).

Quanto ao parcelamento, já foi oportunizado à autora, conforme consta dos documentos que acompanham a contestação, tendo havido, portanto, carência



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

superveniente, não se justificando o enfrentamento do mérito, pois não surtiria nenhum resultado prático.

Ante o exposto, julgo o pedido de parcelamento do débito extinto, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VI do CPC.

Pelo princípio da causalidade, condeno a FESP a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, por analogia ao artigo 85, § 8º, do CPC em R\$ 800,00, sendo isenta de custas, na forma da lei.

Por outro lado, julgo IMPROCEDENTE o pedido de sustação de protesto e condeno a autora a arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, por analogia ao artigo 85, § 8º, em R\$ 1.500,00.

P I

São Carlos, 20 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**